

# Direita e Esquerda: Os dissensos no debate sobre as cotas universitárias nas revistas Carta Capital e Veja

*Right and Left: Dissent in the debate on university quotas in Carta Capital and Veja magazines*

*Derecha e Izquierda: Disidencia en el debate sobre cuotas universitarias en las revistas Carta Capital y Veja*

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442024113pt>

## Elisa Fabris de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-5177-1847>

Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Vitória, ES - Brasil

## Mariana Bonomo

<https://orcid.org/0000-0002-3919-3976>

## Edinete Maria Rosa

<https://orcid.org/0000-0003-4279-8308>

Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória, ES - Brasil

## Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar e compreender as representações sociais de cotas universitárias veiculadas nas revistas Carta Capital e Veja, no período de 2008 a 2017. Ao todo, foram analisados 199 textos, que mostraram que o viés ideológico atuou como um metassistema para a promoção de dissensos na compreensão do objeto investigado. Comparativamente, observou-se uma perspectiva das representações sociais de Carta Capital embasadas na noção de equidade e igualdade social, enquanto os textos de Veja abordaram as cotas universitárias como uma medida partidária, injusta e não meritocrática. A pesquisa assumiu contorno exploratório-descritivo e empregou análises com suporte do software Iramuteq e da abordagem societal da Teoria das Representações Sociais.

**Palavras-chave:** Cotas Universitárias. Ideologia. Carta Capital. Veja. Representações Sociais

## Abstract

The aim of this study was to identify and understand the social representations of university quotas published in Carta Capital and Veja Brazilian magazines between 2008 and 2017. A total of 199 texts were analyzed, which showed that ideological bias acted as a metasystem to promote dissent in the understanding of the object under investigation. In comparison, Carta Capital's social representations were based on the notion of fairness and social equality, while Veja's texts approached university quotas as a partisan, unfair and non-meritocratic measure. The research was exploratory-descriptive in nature and used analysis supported by the Iramuteq software and the societal approach of the Theory of Social Representations.

**Keywords:** University quotas. Ideology. Carta Capital. Veja. Social representations

## Resumen

Este estudio tuvo como objetivo identificar y comprender las representaciones sociales de las cuotas universitarias publicadas en las revistas Carta Capital y Veja, en el período de 2008 a 2017. En total, se analizaron 199 textos, que demostraron que el sesgo ideológico actuaba como meta-sistema de promoción del disenso en la comprensión del objeto investigado. Comparativamente, había una perspectiva positiva en las representaciones sociales de Carta Capital, que se basaban en la noción de equidad e igualdad social, y un sesgo negativo en los textos de Veja, que abordaban las cuotas universitarias como una medida partidista, injusta y no meritocrática. La investigación asumió esquema explicativo-descriptivo y utilizó análisis apoyados por el software Iramuteq y el enfoque social de las representaciones sociales.

**Palabras clave:** Cuotas universitarias. Ideología. Carta Capital. Veja. Representaciones sociales

## Introdução

A polarização política e ideológica tem sido uma realidade no Brasil e em outros países. Seu crescimento foi contemporâneo ao fortalecimento das redes sociais e à mudança paradigmática vivida pela comunicação na contemporaneidade. Nesse contexto, as mídias tradicionais assumiram novos papéis, mas não deixaram de fazer parte da dinâmica comunicativa (JENKINS; FORD; GREEN, 2015). Esses veículos seguiram embasando os posicionamentos de cada grupo, ditando os assuntos em pauta e ganhando, ao mesmo tempo, fãs e inimigos, em uma arena cada vez mais conflituosa. As divergências de posicionamento são verificadas nos debates dos mais diversos assuntos. Todavia, alguns temas parecem suscitar ainda mais mobilização por parte dos grupos, como é o caso das cotas universitárias, foco deste trabalho.

As dualidades presentes nas representações sociais de ações afirmativas, como as cotas, já foram evidenciadas em algumas investigações. Sabe-se que os posicionamentos em relação a elas costumam se distinguir a depender do tipo de política em questão, sendo mais positivos os posicionamentos para as ações vistas como “mais brandas”, como a oferta de cursinhos gratuitos para alunos de escolas públicas, e mais contrários às políticas ditas “duras”, que promovem a reparação da desigualdade de forma mais incisiva, como por meio da reserva de vagas. De qualquer forma, quando se trata apenas das cotas universitárias, observa-se que aquelas do tipo social costumam ser aceitas com maior facilidade, mas a aversão às cotas raciais é bastante significativa (PEIXOTO; SILVA; WOLTER, 2018; MENIN et al., 2008).

Na constituição desse fenômeno, para além dos interesses grupais, autores apontam a influência trazida pelo “mito da democracia racial”, fortemente presente no imaginário brasileiro. Essa crença compartilhada sustenta-se na ideia de que no país não haveria discriminações raciais, apenas discriminações pelo marcador de classe social. Isto é, partindo de uma comparação com o racismo estadunidense, acredita-se que, no Brasil, os negros sofrem por serem historicamente de classes sociais mais desfavorecidas, mas não por serem negros (FERES et al., 2018; MARTINS, 2018; JOCCOUT, 2008; GUIMARÃES, 2004).

A compreensão da política de cotas universitárias, contudo, não é unânime entre as pessoas em geral e nem entre os veículos midiáticos, e a pertença étnico-racial não parece ser determinante nesse processo. O que se tem como indício é que a noção de justiça, de igualdade e de mérito é que interferem na posição positiva ou negativa sobre a ação afirmativa (SANTOS; SCOPINHO, 2016; MARQUES; SANTOS, 2015). E na base das representações sociais desses processos encontra-se a ideologia, que vai ancorar os sentidos atribuídos, considerando as crenças, os valores e o posicionamento político de cada sujeito ou veículo de comunicação.

É a partir desse cenário de dissensos e de disputas que se tem como objetivo compreender as representações sociais de cotas universitárias no âmbito nacional, por meio da análise de textos publicados em dois veículos de comunicação historicamente divergentes entre si e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos: Carta Capital, de esquerda, e Veja, de direita.

## A Teoria das Representações Sociais e a mídia: Reflexões a partir da abordagem societal

A Teoria das Representações Sociais, mais especificamente a abordagem societal, foi o embasamento teórico-metodológico escolhido para esta investigação. Segundo Moscovici (2017; 2012), as representações sociais referem-se a um tipo de conhecimento do senso comum que é próprio da sociedade moderna, e que possibilita a compreensão de fenômenos por um determinado grupo, a partir da construção de uma realidade simbólica. Esse processo, denominado de ancoragem, ocorre uma vez que o estranho gera insegurança, fazendo com o que os indivíduos busquem uma compreensão do novo a partir de outros conhecimentos familiares.

As representações sociais podem ser entendidas como um conhecimento do senso comum por dois motivos. O primeiro é por elas estarem embasadas nas vivências, sociabilidades, culturas e crenças dos indivíduos, e não no conhecimento científico, reificado. Além disso, as representações sociais são compartilhadas, fruto das experiências sociais e grupais. Isto é, elas se referem a um conhecimento comum que possibilita a comunicação entre aqueles que as compartilham, viabilizando, por exemplo, a comunicação de massa (MOSCOVICI, 2017).

De forma complementar à chamada grande teoria de Moscovici (2012), Doise (2002; 2014) formula um modelo teórico-metodológico conhecido como abordagem societal ou não consensual das representações sociais, que trata da análise sobre a constituição e a modulação da realidade social entre os indivíduos, os grupos e a sociedade. Na base desse pensamento, está a busca pela compreensão da relação entre os diferentes atores sociais. Para entender um fenômeno a partir de suas representações sociais, na perspectiva de Doise (2002), é preciso analisar por que alguns indivíduos o simbolizam de uma forma, enquanto outros assumem tomadas de posição diferentes, bem como

compreender como esses posicionamentos se sustentam. É necessário, portanto, considerar o nível ideológico que atua na produção desses saberes (DOISE, 2002).

A sistematização desses pressupostos se resume no que Doise (2002) propõe como o paradigma das fases, orientado por três hipóteses (ALMEIDA, 2009): 1) primeira hipótese: diferentes membros de uma população compartilham ideias e uma organização cognitiva comum, ou seja, as representações sociais; 2) segunda hipótese: esses mesmos indivíduos divergem entre si em alguns aspectos, ao assumirem posições diferentes em relação ao objeto ou à realidade social em estudo – o que o autor chama de “tomada de posição”; e 3) terceira hipótese, as diferentes tomadas de posição apoiam-se em outras realidades coletivas compartilhadas pelos grupos dos quais esses indivíduos são membros; isto é, as diferenças ancoram-se nas pertencas sociais, estando de acordo com as crenças, os valores e as ideologias de referência.

Aplicando as três hipóteses ao objeto considerado neste estudo, é preciso fazer uma ressalva. Originalmente, as pesquisas de Doise (2002; 2014) foram conduzidas com investigação direta aos sujeitos das representações sociais. Neste caso, em que se tem como corpus textos publicados na imprensa, entende-se que Carta Capital e Veja, enquanto veículos de comunicação de massa, assumem o mesmo papel dos sujeitos das representações, já que enquanto produtores, emissores e compartilhadores de mensagens, opiniões e valores atuam como representantes dos grupos sociais aos quais se dirigem e com os quais se comunicam; fonte de dados também utilizada por Moscovici (2012) em sua obra seminal, ao considerar a análise sobre as representações sociais da psicanálise a partir de textos jornalísticos.

Nesse sentido, os meios de comunicação não devem ser entendidos como plataformas neutras e que possuem o exclusivo objetivo de informar ou entreter. A noção e o conceito de imparcialidade na esfera da comunicação midiática já foram superados. No âmbito da Teoria do Enquadramento, sabe-se que suas mensagens, narrativas e discursos são minuciosamente escolhidos e trabalhados e podem assumir diferentes vieses dependendo da ideologia e do público-alvo, bem como dos interesses dos grupos comunicacionais e de seus parceiros (PORTO, 2004; DAFLON; FERES, 2012).

A percepção do campo de poder envolto pela mídia está diretamente relacionada aos estudos de Moscovici (2012; 2017), que reconhece esse papel na produção, reprodução e manutenção de representações sociais, assim como na influência exercida pela ideologia ao longo de todo esse processo. Sob essa perceptiva, é possível entender como um mesmo evento pode ser noticiado de variadas formas, além de ser possível identificar o que move essas diferentes narrativas.

Além das conversações cotidianas, Moscovici (2012) distingue três tipos de modalidades comunicativas no contexto da mídia: a difusão, a propagação e a propaganda. Na difusão, não há uma diferenciação entre os produtores e os receptores da mensagem, isto é, atores da imprensa de grande difusão e leitores recebem a informação de especialistas e mantêm um distanciamento no tratamento dos temas. Já a propagação refere-se aos veículos que visam produzir uma norma geral conciliadora, que busca organizar e acomodar os elementos divergentes, a fim de torná-los compatíveis com valores centrais para os vários grupos envolvidos. Por fim, a propaganda se insere nas relações sociais conflituosas que ameaçam a identidade de um grupo. Ela busca a utilização de dicotomias redutoras, contrastando o verdadeiro e o falso saber, não permitindo espaço para nuances ou moderação. Nesta comunicação é contrastada a visão de mundo do emissor e a visão de mundo hegemônica (DOISE, 2014).

## Método

O corpus deste estudo constituiu-se de 199 textos publicados entre 2008 e 2017 em Carta Capital e Veja. A escolha por esses veículos considerou a sua relevância nacional (BENETTI; HAGEN, 2010) e seus posicionamentos político-ideológicos opositivos: sendo Carta Capital mais progressista, aproximando-se de uma visão mais de esquerda e apoiadora do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>1</sup> em mandatos presidenciais, e Veja, uma revista de posicionamento mais conservador, defensora do capitalismo meritocrático<sup>2</sup> e opositora do PT (CARVALHO, 2017; GONÇALVES, 2013; BENETTI; HAGEN, 2010).

A revista Veja há vários anos é líder no número de tiragem entre as revistas de circulação nacional. Segundo o seu Kit Mídia de 2020, validado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), ela possui média de 503 mil

1 Partido de esquerda, que esteve na presidência da República de 2003 a 2016: período em que a lei das cotas foi sancionada e que contemplou grande parte da delimitação temporal deste estudo.

2 Os dados sobre o posicionamento e a identidade da revista Veja derivam também do grupo do qual ela faz parte, o conglomerado comunicacional Abril. Salienta-se que tal grupo não pertence mais a mesma família, tendo sido vendido recentemente, em 2019; época, porém, posterior aos dados coletados para esta pesquisa.

exemplares em circulação entre o virtual e o impresso, e se apresenta como um veículo que defende a democracia, a economia de mercado e liberdades individuais. Carta Capital, por sua vez, também em seu Kit Mídia de 2020, autodefine-se como a “principal mídia de oposição do país” e como uma referência nos assuntos relacionados à política, economia e direitos humanos. A revista possui audiência de mais de 29 mil usuários por mês no site com tiragem impressa semanal de 26.500, dados esses validados pelo Google Analytics e pelo IVC.

O período selecionado como recorte para este estudo (2008 a 2017) considerou fatores como: a época em que as universidades pioneiras começaram a adotar a política de cotas e a mídia passou a pautar o debate, meados dos anos 2000; o período de discussão e sanção da Lei das Cotas, que se efetivou em 2012 (Lei nº 12.711 de 2012); a data final para adequação das universidades para implantação total da Lei e para apresentação de propostas para os programas de Pós-Graduação, 2016 (Portaria normativa nº 13 de maio de 2016); e a incorporação da reserva de vagas para pessoas com deficiência (Lei nº 13.409 de 2016).

A coleta dos dados ocorreu de duas formas, considerando os mecanismos disponibilizados por cada revista. Na Veja, utilizou-se o acervo digital exclusivo das revistas impressas, totalizando 103 textos encontrados a partir das palavras-chave “cota” e “cotas”. Já na Carta Capital, por falta de acervo digital com busca, o levantamento foi realizado por meio de sua plataforma online, e abarcou conteúdo da revista impressa, da publicação online e de blogs vinculados à revista. Mantendo a ideia de que todo conteúdo ali compõe o discurso e a narrativa do veículo acerca do objeto em análise, considerou-se que essa limitação não comprometeria o estudo. Usando as mesmas palavras-chave, em Carta Capital foram identificados 96 textos.

Para a análise dos dados, contou-se com o auxílio do software IRAMUTEQ, que viabilizou a realização de análises lexicais clássicas - que contabilizam os vocábulos considerando as raízes das palavras -, de análises de especificidades - que organizam o corpus a partir da variável escolhida - e da análise de similitude - que demonstra a conexão entre as palavras em destaque (CAMARGO; JUSTO, 2013).

## Resultados e Discussões

Apropriando-se do referencial teórico adotado nesta pesquisa, agruparam-se os resultados de acordo com as proposições de Doise (2002):

- Hipótese 1: As revistas Veja e Carta Capital compartilham crenças comuns acerca das cotas universitárias;
- Hipótese 2: Elas também assumem posições diferentes em relação ao objeto estudado; e
- Hipótese 3: essas posições dependem do(s) grupo(s) social(ais) do(s) qual(ais) fazem parte e das ideologias que seguem.

### Hipótese 1: Compartilhamento de crenças sobre as cotas universitárias

A coleta dos dados documentais acerca das cotas universitárias, entre os anos de 2008 e 2017, retornou ao todo 199 textos (Gráfico 1). As publicações ao longo do tempo apresentaram-se crescentes, mas com picos entre os anos de 2012 e 2017. O recorde de publicações em um mesmo ano na revista Veja ocorreu em 2012, com a veiculação de 26 textos que abordavam a temática. Ressalta-se que, nesse ano, concretizou-se a sanção da Lei das Cotas, bem como ocorreu a consulta ao STF sobre a constitucionalidade da lei<sup>3</sup>. Tendo sido um período decisivo para tal ação afirmativa no Brasil, o grande volume de notícias em 2012 - quando Carta Capital publicou seu segundo maior índice, com 18 textos - é bastante compreensível.

O pico de publicações sobre as cotas em Carta Capital, por sua vez, ocorreu em 2017, quando a revista tratou do tema em 30 textos, a maior concentração observada em todo o corpus. Nesse mesmo ano, Veja abordou o assunto 16 vezes, ou seja, sua segunda maior marca. O significado do grande volume de publicações nas revistas em 2017 parece decorrer especialmente da implantação da medida na USP e na Unicamp, duas instituições de grande relevância para o país, mas que não são regidas pela lei federal; e pelas fraudes que geraram denúncias, penalidades e adoção de comissões verificadoras por algumas universidades.

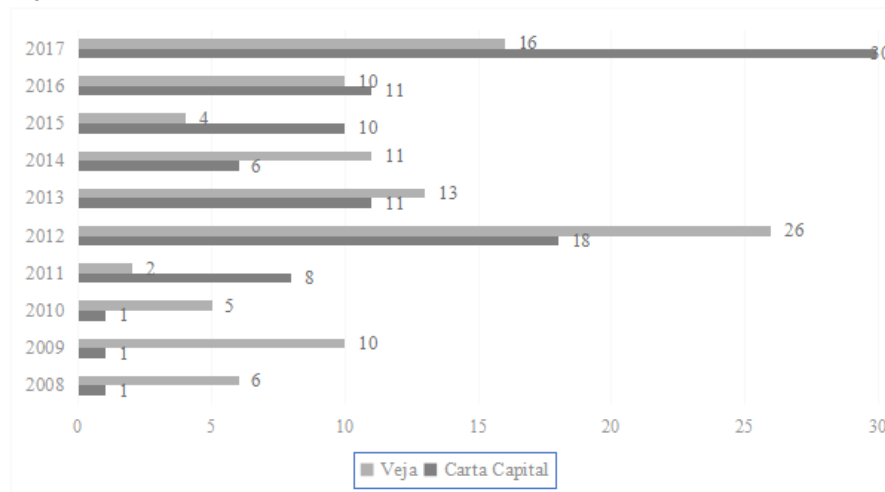
Pode-se dizer que há semelhanças entre os anos de 2012 e 2017. Ambos foram decisivos para a definição da política das cotas universitárias no país. Observa-se, assim, nos momentos de decisão, na eminência, durante e logo após a regulamentação das cotas, a imprensa parece se fazer massivamente presente no debate sobre elas no contexto

3 Decisão do STF sobre a constitucionalidade da lei das cotas. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207003>.

brasileiro. Esses resultados corroboram estudos que já demonstravam o empenho dos jornais em discutir a medida e em influenciar o posicionamento de seus públicos (FERREIRA, 2019; MARTINS, 2018; LEIBÃO, 2017).

As semelhanças nos resultados de *Veja* e de *Carta Capital* não ficam apenas nos períodos de maior publicação. As análises estatísticas e de especificidades possibilitaram identificar semelhanças nos vocábulos mais presentes em cada veículo, sendo eles: negro, universidade, público, Brasil e racial.

**Gráfico 1** - Publicações sobre as cotas de 2008 a 2017



Fonte: elaborado pelas autoras

Chama atenção que, nas duas revistas, a palavra disparadamente mais frequente foi “negro”, mencionada 834 vezes na *Carta Capital* (0,84% de seu corpus), e 295 na *Veja* (0,42%). Diante desses dados, constata-se que independentemente do posicionamento político-ideológico e das estratégias editoriais, para os dois veículos falar de cotas é falar de negros. Esse consenso é reforçado pelo termo “racial” que também aparece com alta frequência nos veículos: 357 vezes na *Carta Capital*, sendo a quinta palavra mais mencionada na revista, e 172 vezes na *Veja*, sendo a nona palavra mais frequente no periódico.

Com menor destaque, mas com grande simbolismo, a palavra “branco” se repetiu 127 vezes em *Veja*, e ocupou a décima quinta posição, e na *Carta Capital* apareceu 162 vezes, assumindo a 26ª posição. Esses dados demonstram a relevância da temática racial nas representações sociais de cotas, bem como apontam para uma ideia de disputa intergrupual, entre negros e brancos, em torno da temática. Essa compreensão é corroborada pelo fato de os outros grupos para os quais as cotas são destinadas – indígenas, deficientes físicos e alunos de baixa renda<sup>4</sup> – não aparecerem entre os vocábulos mais mencionados.

Os dados explicitados ratificam resultados de outros estudos. A literatura sobre cotas destaca que as discussões, tanto na imprensa quanto no espaço acadêmico e no senso comum, circulam em torno das cotas raciais (FERREIRA, 2019; SUTTANA; LUTZ, 2017; PEIXOTO; SILVA; WOLTER, 2018). Seja pelo racismo, pelas diferentes noções de justiça e mérito, pela crença ou descrença na democracia racial, pelo interesse ou não na manutenção do status quo ou pela ideologia, o que se sabe é que, no Brasil, as representações sociais de cotas universitárias sustentam-se, principalmente, na ideia de cotas raciais.

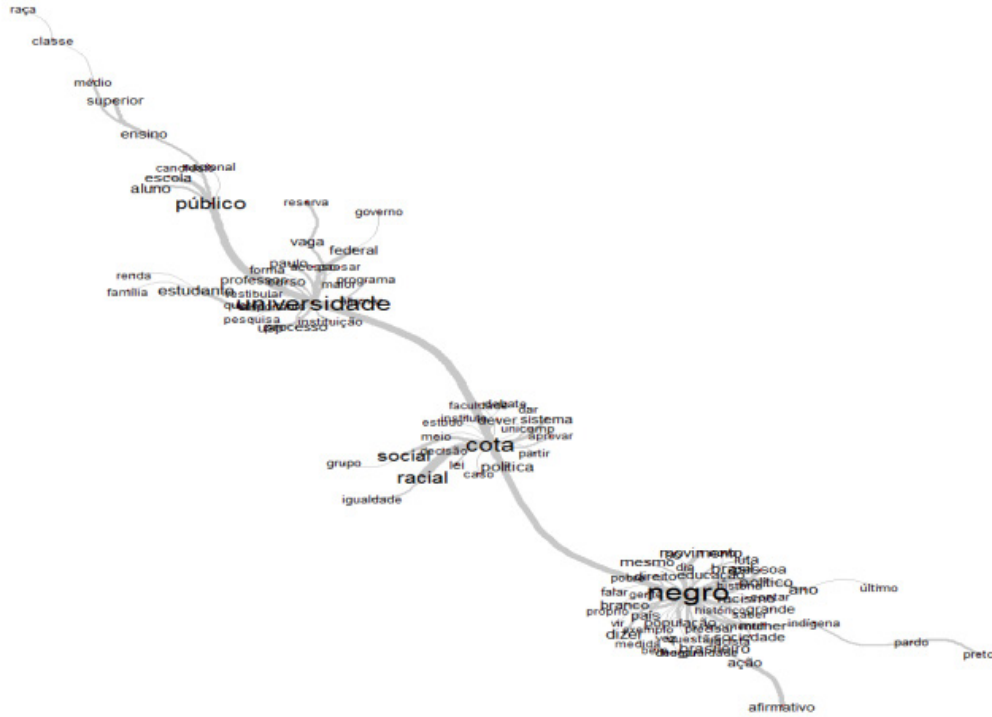
Esse dado pode ser interpretado a partir de algumas perspectivas. A primeira delas ancora-se na histórica tese de que no Brasil não haveria discriminação racial. Por se tratar de um povo “mestiço”, o racismo não seria praticado no país e os diferentes povos conviveriam de forma harmônica, sem preconceitos ou discriminações (JACCOUD, 2008). A ideia de que o problema da desigualdade no Brasil teria como causa apenas a questão de classe e não de raça (FERES et al., 2018; MARTINS, 2018; JOCCOUT, 2008; GUIMARÃES, 2004) seria uma segunda perspectiva para se entender o motivo de o debate sobre as cotas voltar-se para as cotas raciais. O raciocínio que impera é: se a discriminação e a desigualdade racial não existem, logo as cotas raciais não são necessárias ou justas.

Por outro lado, em oposição a esse pensamento, tem-se uma terceira perspectiva. Grupos organizados – em especial o Movimento Negro - participam e incentivam o debate sobre as cotas raciais como forma de desconstruir essas teses ultrapassadas e tornar visível a discriminação racial no Brasil (FERES et al., 2018; MARTINS, 2018). Guimarães (2004) afirma que, nesse percurso de luta ao longo da história, a partir dos anos 1970, para os negros, a

<sup>4</sup> Não incluímos o grande grupo dos alunos de escolas públicas, uma vez que os vocábulos “aluno” e “público” foram mencionados frequentemente em outros contextos, inviabilizando a análise da frequência dos termos de forma conjugada.

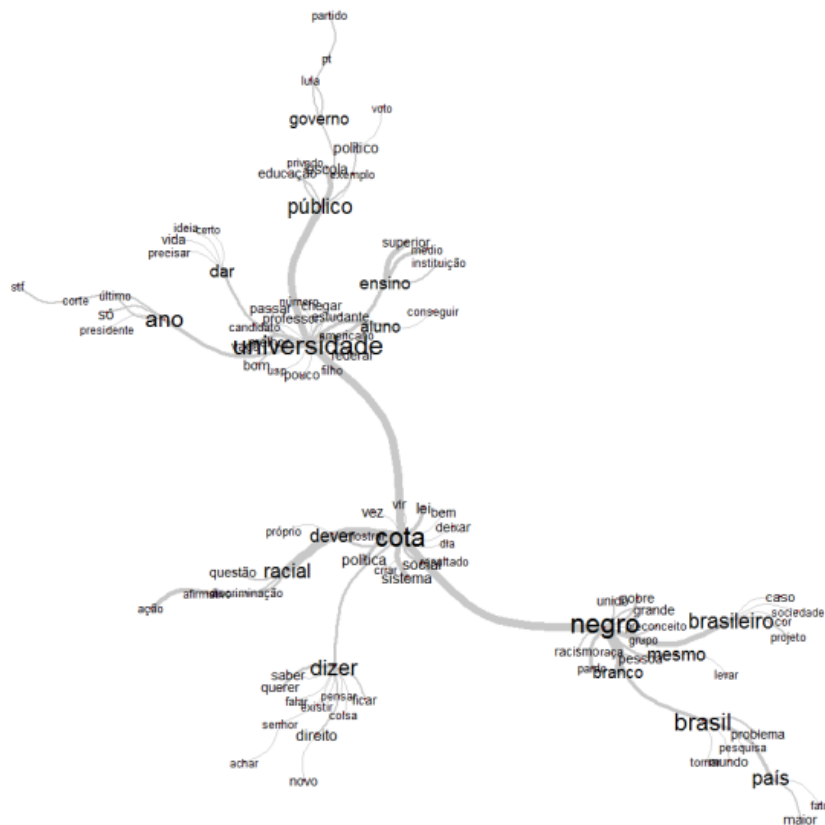
democracia racial de fato não seria mais suficiente como ideal ou inspiração. Nesse momento, que desde então passou a ocorrer a redemocratização do país e a expansão das ideias igualitárias, a luta contemporânea do movimento negro passou a ter como mote principal a cidadania e os direitos humanos; contexto em que fica ainda mais compreensível o afimco pela mobilização em prol do acesso à educação pública de qualidade e a defesa das cotas.

**Figura 1:** Análise de Similitude da revista Carta Capital



Fonte: elaborada pelas autoras

**Figura 2:** Análise de Similitude da revista Veja



Fonte: elaborada pelas autoras

Assim, desenha-se a disputa de ideias e de ideologias entre o grupo que se coloca contra as cotas raciais e o grupo que se mobiliza em prol delas, representando: 1) a própria disputa de manutenção de privilégios, embasada na ideia de democracia racial e de meritocracia; e 2) o grupo que busca mudar a trajetória do país, rumo à diminuição das desigualdades e do reconhecimento do racismo como promotor delas. Mas independentemente do discurso e do ideal de mobilização, falar de cotas universitárias é, definitivamente, falar de negros.

Outra análise empregada no tratamento dos dados foi a técnica de similitude, que identifica as co-ocorrências entre os léxicos, considerando o grau de conexão entre eles (CAMARGO; JUSTO, 2013). A partir das imagens geradas pelo programa *IRAMUTEQ*<sup>5</sup>, é possível visualizar o conteúdo compartilhado das representações pelas revistas (Figuras 1 e 2), sendo visível os núcleos organizadores de conteúdo em torno dos termos “negro”, “cota”, “universidade” e “público”.

Esses resultados evidenciam importantes semelhanças entre os dois veículos no que se refere ao conteúdo das representações sociais de cotas universitárias. As imagens demonstram o caráter compartilhado do fenômeno para duas revistas de posições ideológicas diferentes, corroborando para a comprovação da Primeira Hipótese proposta por Doise (2002). Contudo, como se observará mais adiante, ainda que o conteúdo das representações seja o mesmo, o sentido que elas assumem em cada periódico é distinto.

## Hipótese 2: As diferentes tomadas de posição na representação sociais das cotas universitárias

Depois de tornar visível os elementos comuns nas representações sociais de cotas universitárias para *Veja* e para *Carta Capital*, buscou-se identificar a não consensualidade entre elas (DOISE, 2002). Para isso, empregou-se a análise de especificidades, que possibilita observar as diferenças significativas na frequência dos vocábulos presentes em cada corpus. Os resultados, considerando  $p < 0,05$  e Grau de Liberdade (GL) = 1, estão apresentados da Tabela 1.

**Tabela 1:** Comparação de frequência de vocábulos<sup>6</sup>

Palavras significativamente mais frequentes em Carta Capital	X <sup>2</sup>	Palavras significativamente mais frequentes em Veja	X <sup>2</sup>
Negro	25,14	Senhor (termo frequente em entrevistas)	12,64
Mulher	16,37	Americano	12,35
Movimento	15,88	Corte (STF e corte americana)	12,01
Luta	15,53	Estados Unidos	11,99
Unicamp	14,91	Eleitor	9,48
Estudante	14,7	Índio	9,38
USP	9,26	Scalia (Ministro da corte americana)	9
Social	8,99	Melhor	8,83
Estudantil	8,95	Bom	8,14
Indígena	8,51	PT	7,9
Igualdade	8,09	Dar	7,61
Programa	7,43	Problema	7,11
Pós-graduação	7,07	Eu	6,21
Coletivo	6,55	Deixar	6,11
Manifestação	6,45	Lula	6,09

Em uma análise primária, é possível observar que *Carta Capital* aborda o assunto sob um aspecto mais próximo do engajamento, da mobilização, de uma luta organizada (“movimento”, “luta”, “estudantil”, “coletivo” e “manifestação”) em prol da igualdade (“social”, “igualdade”, “negro”, “mulher” e “indígena”) e em âmbito estudantil (“estudante”, “estudantil”, “Unicamp”, “USP” e “pós-graduação”). Já a revista *Veja* trata as cotas a partir de uma perspectiva mais jurídica, política, partidária (“corte”, “eleitor”, “PT” e “Lula”), e assume os Estados Unidos como referência e modelo para o caso brasileiro (“americano” e “Estados Unidos”). Esses últimos resultados corroboram

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>

<sup>6</sup> Devido ao considerável número de palavras com frequência significativamente diferente, optou-se por apresentar na Tabela os quinze vocábulos com maior qui-quadrado.]

estudos que analisaram não só a revista Veja, como outros veículos que compõem a “imprensa tradicional brasileira” (FERREIRA, 2019; MARTINS, 2018; LEIBÃO, 2017; SUTTANA; LUTZ, 2017).

As diferenças detectadas no conteúdo de Veja e de Carta Capital, comprovam, mais uma vez, as ideias de Doise (2002). Ou seja, se na “superfície” é possível acessar o que é comum nas representações sociais de cotas para as duas revistas (Hipótese 1), nas “camadas mais profundas” é possível observar o contorno, o sentido, a tomada de posição que cada veículo assume acerca do assunto (Hipótese 2). A busca pela compreensão do que viabiliza essas diferenças, ou seja, em que elas estão ancoradas, é discutido em seguida, na tentativa de se verificar a terceira hipótese.

Hipótese 3: Tomadas de posição embasadas no pertencimento grupal e na ideologia assumida

A análise dos principais trechos representativos do conteúdo de cada uma das revistas, selecionados com o auxílio do IRAMUTEQ, possibilita avançar na compreensão das diferentes tomadas de posição de Veja e de Carta Capital. No âmbito da Terceira Hipótese de Doise (2002), esses dados permitem responder a principal pergunta deste estudo: por que cada revista representa de forma diferente as cotas?

A seguir, são apresentados alguns dos trechos mais ilustrativos do conteúdo de Carta Capital:

- Em São Paulo, dia 25 de julho de 2014, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Afro-caribenha, e Dia Nacional de Teresa de Benguela, mulheres negras de diferentes segmentos da sociedade se juntaram e realizaram o lançamento oficial da marcha das mulheres negras 2015 (score: 324);
- Apesar da adoção do sistema de cotas raciais do Sisu pela Faculdade de Direito da USP, as demais faculdades da instituição não adotaram o mesmo programa e permanecem com uma ação de inclusão social diferenciada por meio de sistema de bonificação, o Includsp – Programa de Inclusão Social da USP (score: 320);
- Dia 30 de maio, o movimento negro brasileiro teve uma vitória histórica marcada pela adoção das cotas raciais e sociais no sistema de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas (score: 289).

Em seguida, são apresentados alguns dos trechos mais representativos do conteúdo da revista Veja:

- O sistema de cotas raciais foi rapidamente introduzido na universidade brasileira, se beneficiando de um ambiente que sempre soube acolher as ideias mais regressivas como o petismo bandoleiro e o parasitismo estatal getulista. O Brasil se refugiou no passado. O Brasil é o quilombo do mundo (score: 196);
- O modelo parecido com o que gostaríamos de fazer na saúde e na educação, em que os mais pobres receberiam uma ajuda financeira, um voucher, e poderiam escolher a escola que desejassem para seus filhos, o hospital que melhor os atendesse (score: 190);
- Mas não existe racismo nos Estados Unidos? Existe, e ele é forte mesmo com a presença do negro Barack Obama na Casa Branca. O que não existe nos EUA e não deveria haver no Brasil é o acirramento do ódio e das divisões raciais patrocinado pelo estado. Adverte o sociólogo Simon Schwanzinan: O que deveria ser uma discussão racional sobre o sistema de ensino no Brasil se tornou um debate passionai e ideológico (score: 185).

Com os resultados relativos à Carta Capital, é possível perceber um discurso mais voltado para as minorias e para a justiça social, a igualdade e a defesa das cotas. Esse enquadramento se aproxima: 1) das mobilizações pela cidadania e pelos direitos humanos, em afinidade com a luta dos negros (GUIMARÃES, 2004); 2) de uma visão político-ideológico de esquerda, que busca promover a igualdade e a transformação social por meio da visibilidade das minorias ativas (MOSCOVICI, 2011; CABECINHAS; ÉVORA, 2008; BOBBIO, 1995); e 3) que entende o racismo como uma agenda política (GUIMARÃES, 2004).

Nesse sentido, descortina-se a atuação ativa da ideologia na constituição das representações sociais do fenômeno para um determinado grupo (CABECINHAS, 2009) - aqui representado pela Carta Capital. É possível observar como o metassistema reorganiza e promove a tomada de posição (DOISE, 2014), fazendo com que o discurso saia da narrativa do status quo, para assumir contornos relacionados aos valores e às crenças editoriais da revista - uma visão política de esquerda.

O processo de ancoragem (MOSCOVICI, 2012) também é explicitado. É possível identificar que a compreensão das cotas pela Carta Capital está apoiada em medidas similares e anteriores que apresentam alguma relação com as cotas, como o Programa de Inclusão Social da USP e o Sisu. Contudo, o que de fato merece destaque é



o processo de objetificação. Ao fazer referência ao Movimento Negro, ao Núcleo da Consciência Negra da Unicamp e à Marcha das Mulheres, a revista concretiza e objetifica todo o seu discurso e o seu viés que se destina aos grupos minoritários.

Observa-se, assim, que ainda que falar de cotas seja falar de negros, para Carta Capital, essa fala precisa contemplar as lutas, as desigualdades e o racismo. Para a revista, as cotas universitárias significam a busca pela igualdade, a garantia de justiça social e a reconquista de um espaço historicamente negado a esse grupo em questão, os negros. Todavia, a narrativa que a priori se apresenta como totalmente pró-cotas e socialmente contra-hegemônica também merece atenção. É preciso pontuar que Carta Capital também se posiciona ao escolher as minorias sociais para as quais dará destaque. Reforça-se que a política de cotas é voltada para pretos e pardos, mas também se destina a indígenas, alunos de classe popular, de escolas públicas e, mais recentemente, a estudantes com deficiência; grupos esses que não são mencionados de forma minimamente expressiva em seus textos. Entende-se, portanto, que o olhar social e as lutas divulgadas pela revista são seletivas e abarcam parte dos cotistas e parte das minorias que existem no Brasil. Essa seleção não é inocente. Ela deve ser entendida como uma forma de tomada de posição, advinda dos interesses e da visão político-ideológica do veículo.

Partindo para a análise dos vocábulos e textos de destaque da revista Veja, identifica-se que os valores, as crenças e as ideologias que ancoram as representações desse periódico são bastante diferentes e se expressam nos resultados. Aqui, o enquadramento não se sustenta na explícita defesa de um grupo, mas sim em um princípio doutrinário que tem como exemplo os Estados Unidos e como oposição o Partido dos Trabalhadores (PT) e suas políticas assistenciais. As cotas são compreendidas como uma ação partidária, problemática, injusta, que fere o princípio da isonomia, o mérito, a livre competição e contraria o modelo ideal de sociedade embasado no padrão norte-americano. Observa-se, ainda, que o metassistema abriga uma visão conservadora da sociedade, que entende a desigualdade a partir do viés de classe (e não de raça), e que, mesmo que implicitamente, sustenta a manutenção de um grupo hegemônico em nome da qualidade, da eficiência e da justiça. Essa última característica também recebe a noção de instituição, sendo objetivada pela Suprema Corte – seja ela brasileira ou americana. A corte é acionada como um poder que pode suspender as cotas, reconhecendo seu caráter discriminatório e injusto, na visão da própria revista.

Se para a Veja falar de cotas também é falar de negros, a análise ideológica nos permite observar que essa fala se dá por meio da denúncia da “injustiça” que comporta tal política, e da desigualdade que ela promove ao beneficiar esse grupo. O sistema de crenças de Veja abarca uma visão político-partidária mais de direita e mais conservadora, e que orienta sua tomada de posição para um olhar bem distinto daquele seguido por Carta Capital. Como resultado dessa dinâmica de oposições, chega-se à verificação da Terceira Hipótese de Doise (2002).

Os dados e as interpretações discutidas anteriormente coincidem com as pesquisas de Santos e Scopinho (2016), Peixoto, Silva e Wolter (2018) e Martins (2018) que também identificaram cenário não consensual nas representações de cotas universitária, tanto nas investigações diretas às pessoas como nas análises de materiais midiáticos. Ainda em conformidade com a literatura, os presentes achados reafirmam a importância das noções de justiça, mérito e igualdade para compreensão acerca da reserva de vagas para diferentes grupos sociais (SANTOS; SCOPINHO, 2016; MARQUES; SANTOS, 2015).

## Considerações Finais

As análises dos conteúdos de Carta Capital e de Veja possibilitaram confirmar semelhanças e diferenças entre elas, na percepção das representações sociais, corroborando as três hipóteses de Doise (Quadro 1).

**Quadro 1:** As três hipóteses de Doise nos textos de Carta Capital e Veja

Hipóteses	Principais resultados	
	Carta Capital	Revista Veja
1: Crenças Comuns	Falar de cotas é falar de: negros, cotas raciais, disputa grupal, universidade.	
2: Tomadas de posição divergentes	A favor das cotas. Política vista como necessária para garantir a igualdade social.	Contra as cotas. Política vista como injusta, partidária e passível de gerar prejuízos às universidades federais.
3: Ideologias que embasam as representações	Ideologia de esquerda; equidade; democratização da educação; mudança da estrutura social vigente.	Ideologia de direita; democracia racial, meritocracia e conservação do status quo.

Fonte: elaborado pelas autoras

Como semelhança, pontua-se que as duas revistas parecem se inserir na classificação de propaganda, proposta por Moscovici (2012). Isso porque, apesar estarem situadas na modalidade jornalística que, em tese, segue uma linguagem próxima da imparcialidade e do distanciamento – e que se enquadraria na classificação de difusão (MOSCOVICI, 2012) –, na prática, as revistas tiveram como textos de destaque aqueles opinativos, que tornam os posicionamentos mais explícitos, que fogem ao padrão jornalístico e que dão voz a colunistas, colaboradores, entrevistados e leitores.

Essa predominância textual, também verificada em estudos anteriores (MARTINS, 2018; FERREIRA, 2019), tende a explicitar as relações sociais conflituosas, a defesa de um grupo específico e a tomada concreta de posição, sem que haja espaço para nuances e debates. Tal dicotomia faz emergir ou reforçar a visão de mundo direita versus esquerda, de minorias versus grupo hegemônico, exemplificando as proposições de Moscovici (DOISE, 2014), e demonstrando a Hipótese Ideológica de Doise (2002).

As análises das palavras mais frequentes, bem como dos segmentos de textos representativos dos corpora de dados e de cada classe também contribuíram para a análise do fenômeno. No âmbito das representações compartilhadas, identificou-se que para ambos os veículos: a noção de cotas se sustenta nas ideias de cotas raciais; de disputa e competição entre negros e brancos; de senso de justiça; e na ideia de acesso ao ensino superior. Por outro lado, nos dados gerais, predominam os dissensos e os diferentes metassistemas que organizam as tomadas de posições, fortemente demarcadas por um viés ideológico

Enquanto para Carta Capital as cotas se originam de lutas e mobilizações de algumas minorias, têm como objetivo superar as desigualdades sociais e raciais históricas no Brasil, e estão sustentadas na noção de que as discriminações positivas é que garantirão os direitos de todos; para Veja, as cotas universitárias referem-se a uma medida político-partidária, injusta, que preconiza o preconceito ao discriminar os diferentes grupos e que usurpa o mérito e a qualidade do ensino nas universidades federais. Tal diversidade, que chega ao espectro de oposição entre as tomadas de posição, coloca mais uma vez em “xeque” a ideia da imparcialidade dos veículos de comunicação, inclusive dos veículos jornalísticos, e reforça a Teoria do Enquadramento.

Além disso, foi possível observar a valorização do padrão social hegemônico pela revista Veja e a visibilidade conferida às minorias por Carta Capital - mas não a todas as minorias, somente algumas percebidas por ela como representantes do todo ou como merecedoras de destaque. Essa diferença demarca a participação da imprensa no debate público, ainda que de forma parcial, e reforça sua importância tanto na manutenção quanto na construção de práticas e representações sociais (CABECINHAS; ÉVORA, 2008).

Por fim, uma dimensão que resume as análises das representações sociais em estudo é a relação dialética, a “luta dos contrários” (KONDER, 2004). O campo de disputa é construído por ambos os veículos que, de certa forma, constituem-se como uma única unidade e formam uma polarização da ideologia. São duas hegemonias, uma em cada extremo. Como consequência dessa dinâmica de pouco diálogo e contrapontos, a limitação de avanços e de construções benéficas para a política é observada. O que não quer dizer que o tempo não tenha suscitado mudanças de posicionamento. Análises superficiais apontam para diferentes narrativas com o passar dos anos, especialmente na revista Veja. Tal perspectiva assinala para um dado que merece atenção e que se apresenta, inclusive, como sugestão de análise para futuras pesquisas.

## Referências

BRASIL, **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm)>. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm)> Acesso em abril de 2021.

BRASIL. **Portaria normativa n. 13** de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências, 2016. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473)> Acesso em abril de 2021.

CABECINHAS, R. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In: M. M. Baptista (Ed.), **Cultura: Metodologias e Investigação**. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009. p. 51-66.

CABECINHAS, R.; ÉVORA, S. L. Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história. In: M. MARTINS; M. PINTO (Orgs.), **Comunicação e Cidadania**. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2008. p. 2685-2706.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J. (2012). Ação afirmativa na revista Veja: Estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 2, p. 65-91, 2012. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/31>> Acesso em: março de 2021.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

DOISE, W. Sistema e metassistema. In: A. M. O. ALMEIDA, M. F. S. SANTOS, Z. A. TRINDADE (Orgs.), **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 163-210.

FERES, J. J.; CAMPOS, S. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa: Conceito, história e debate**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERREIRA, N. T. Ações afirmativa raciais e o jornal Folha de S. Paulo. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 110-128, 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742019000100110](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100110)> Acesso em: março de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou por raça no Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>> Acesso em março de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: março de 2021.

JACCOUD, L. Racismo e república: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: M. Theodoro (Org.), **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

LEIBÃO, M. de C. O Globo e as cotas raciais: Uma análise dos editoriais do jornal (2003-2012). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, 11(22), 68-82, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7937/4262>> acesso em maio de 2021.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. (2017). **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes.

MARQUES, T.; SANTOS, B. K. A. Um estudo sobre o pensamento social de jovens universitários acerca da justiça e das cotas raciais. **Psicologia e Saber Social**, v. 4, n. 1, 108-125, 2015.

MARTINS, Z. **Cotas raciais e o discurso da mídia: Um estudo sobre a construção do dissenso**. Curitiba: Appris, 2018.

PEIXOTO, A. R. S.; SILVA, T. M.; WOLTER, R. M. C. P. Representações Sociais e Ações Afirmativas: Estudantes Universitários e seus Posicionamentos. **PSI UNISC**, v. 2, n. 2, p. 51-65, 2018.

PORTO, M. P. Enquadramento da mídia e política. In: A. A. C. Rubim (Org.), **Comunicação e política: Conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p.73-104

SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 267-279, 2016.

SUTTANA, R. N.; LUTZ, C. Ações afirmativas e imprensa no Brasil: Um estudo a partir da revista Veja. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 22, n. 36, p. 179-199, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7536>>

### Sobre as autoras

Elisa Fabris de Oliveira  
*elisa.fbrs@gmail.com*

Doutora e Mestre em Psicologia (Ufes), Publicitária (Ufes), Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), professora da Faculdade Municipal de Linhares (Faceli), membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Consumo (Ufes).

Mariana Bonomo  
*marianadalbo@gmail.com*

Doutora em Psicologia pela Ufes; Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Ufes; membro do GT da ANPEPP Memória, Identidade e Representações Sociais; Pesquisadora da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePSO) da Ufes, Coordenadora do NIPPSO (Núcleo de Intervenção e Pesquisas em Psicologia Societal); Professora colaboradora da Università di Bologna/Italia.

Edinete Maria Rosa  
*edineter@gmail.com*

Doutora em Psicologia (Usp), Mestra e graduada em Psicologia (Ufes), Pós-Doutorado em Família e Desenvolvimento Humano (UNCG-EUA), Professora Titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes.

Recebido em: 26/11/2022  
Aprovado em: 24/10/2023

Editoras Responsáveis:  
Marialva Barbosa e Sonia Virgínia Moreira



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC- BY). Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.